



## A periodização da história sociolinguística do Brasil

### *The periodization of Brazil's sociolinguistic history*

Dante LUCCHESI\*  
(Universidade Federal Fluminense/CNPq)

#### RESUMO

*Analisam-se propostas anteriores de periodização da história linguística do Brasil e formula-se uma nova proposta com base nos princípios do Paradigma Variacionista, buscando correlacionar os processos linguísticos aos processos sociais. A visão geral que norteia essa nova proposta é a de que, no cerne da história sociolinguística do Brasil, encontra-se um violento processo de homogeneização linguística, no qual o português se impõe como língua hegemônica, sobre o amplo mosaico linguístico dos primeiros séculos de formação do Brasil.*

**Palavras-chave:** *periodização; história da língua; contato entre línguas; português brasileiro.*

\*. Agradeço os comentários, críticas e correções dos pareceristas anônimos da revista e dos colegas e amigos Carlos Alberto Faraco e Américo Venâncio Machado Filho. Porém, as posições aqui assumidas e eventuais equívocos e lapsos remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

## ABSTRACT

*The study analyses previous proposals of periodization of the linguistic history of Brazil and formulates a new proposal based on the principles of the variationist paradigm, seeking to correlate linguistic processes with social processes. The overall vision that guides this new proposal is that, at the heart of the sociolinguistic history of Brazil, there is a violent linguistic homogenization process in which the Portuguese language is imposed as a hegemonic language over the broad linguistic mosaic of the first centuries of the formation of Brazil.*

**Key-words:** *periodization; language history; language contact; Brazilian Portuguese.*

## Introdução

Nos últimos anos, várias propostas se têm sucedido, com o intuito de estabelecer uma periodização para a história linguística no Brasil (Pessoa 2003; Lobo 2003; Noll 2008, entre outros). A emergência da questão decorre da retomada dos estudos históricos pela Linguística no Brasil, a partir da década de 1990, com a criação do *Programa para a história do Português Brasileiro* (PROHPOR), na Bahia, sob a direção de Rosa Virgínia Mattos e Silva,<sup>1</sup> seguida da formação, sob a direção de Ataliba Castilho, do *Projeto para a História do Português Brasileiro*, PHPB, amplo projeto nacional, que integra vários centros de pesquisa (Castilho 1998). Ao lado de uma vasta pesquisa empírica, possibilitada pelo ingente trabalho de organização de *corpora* históricos, esse movimento também suscitou uma reflexão mais geral sobre a história da língua no Brasil, buscando compreender não apenas a formação da realidade linguística, mas também os fatores que lhe foram determinantes.

É nessa perspectiva que se insere a proposta aqui formulada, pois uma periodização deve necessariamente relacionar-se a uma visão de conjunto da história sobre a qual se debruça. Quanto mais explícita for essa relação, mais a periodização alcançará seu objetivo maior:

1. Para uma ampla informação sobre o PROHPOR, consultar sua página oficial em <http://www.prohpor.org/> (acesso em 10/06/2016).

balizar a compreensão de conjunto da história que divide e orientar as pesquisas empíricas no campo.

A periodização aqui apresentada busca, assim, contribuir para a compreensão da história da língua no Brasil, particularmente no que concerne aos seus condicionamentos sócio-históricos. Nesse sentido, adota-se aqui como ponto de partida a perfeita síntese de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004: 14), que definiu a história sociolinguística do Brasil como a passagem de “um multilinguismo generalizado a um multilinguismo localizado”.

Estima-se que mais de mil línguas indígenas eram faladas no território brasileiro no início do século XVI (Rodrigues 1993), e mais de duzentas línguas africanas foram introduzidas no país pelo tráfico negreiro, entre 1550 e 1850 (Petter 2006). Assim, durante quase dois séculos, o português foi apenas uma das muitas línguas faladas no território brasileiro. Porém, hoje cerca de 98% da população têm o português como língua materna, conquanto o Brasil seja também, e paradoxalmente, um dos países de maior diversidade linguística do planeta, com centenas de línguas indígenas pertencentes a cinco famílias tipologicamente diferenciadas (embora a maioria esteja em vias de desaparecimento) e dezenas de línguas de imigração. Como toda essa diversidade linguística se concentra em apenas dois por cento de sua população (Lucchesi 2015a), justifica-se a definição de Mattos e Silva de “multilinguismo localizado”. Portanto, a história sociolinguística do Brasil tem em seu cerne um violento processo de homogeneização linguística, embora a clivagem étnica que marca a formação da sociedade brasileira ainda se reflita em sua atual *polarização sociolinguística* (Lucchesi 2015b). Essa é a visão da história sociolinguística do Brasil que norteia esta proposta de periodização.

Ao considerar o conjunto mais amplo de línguas presentes, não apenas na atualidade, mas sobretudo na formação da sociedade brasileira, esta proposta se contrapõe às periodizações que dão primazia à língua portuguesa (o que não deixa de ser uma manifestação de eurocentrismo). Periodizar a história sociolinguística do Brasil considerando apenas o português, numa perspectiva imanentista que desconsidera o contato entre línguas, é uma opção aceitável, na medida em que qualquer recorte do real é legítimo no estudo científico. Contudo, o rigor

exige que o analista explicita que seu universo de observação exclui aproximadamente dois terços da população do Brasil, no período que vai do início da colonização até a segunda metade do século XIX, já que, nesse período, os falantes nativos de português filhos de falantes nativos de português formavam apenas um terço da população. E mesmo para esse universo, uma abordagem que não considera o contato é defectiva, em face das estreitas relações que uniam colonizadores e escravos africanos, seja no universo urbano, seja no meio rural. Outra manifestação de uma ideologia eurocêntrica é considerar que a história linguística do Brasil se inicia em 1500. Mesmo considerando apenas o universo dos 98% da população que hoje fala o português, há fatos e processos relevantes para a essa configuração linguística atual que são anteriores à chegada dos colonizadores europeus ao Brasil, como se buscará demonstrar aqui.

Por outro lado, se as mudanças linguísticas determinam o devir de uma língua, uma adequada teoria acerca desses processos é crucial para a análise de sua história e *a fortiori* de qualquer proposta de periodização. As propostas anteriores se debatem com a antinomia *história externa versus história interna*, sendo que muitas tomam como ideal uma periodização baseada na evolução interna da língua. O fato desta periodização se referir à história *sociolinguística* do Brasil não é gratuito, pois ela se baseia, em grande medida, na *Teoria da Variação Linguística* (Weinreich, Labov & Herzog 2006 [1968]; Labov 2008 [1972], 1982, 1994, 2001a, 2001b), segundo a qual os processos de mudança linguística não podem ser compreendidos fora do contexto social em que ocorrem. Assim, a periodização aqui formulada tomará como marcos processos sociais que virtualmente desencadearam mudanças nos padrões coletivos de comportamento linguístico da população brasileira do que resultaram mudanças nas gramáticas mentais dos falantes. Dessa forma, a antinomia história externa *versus* história interna se desfaz, assim como ficou superada a rígida dicotomia estabelecida por Saussure entre sincronia e diacronia, com o advento da abordagem da mudança linguística em *tempo aparente*, que está no centro do programa de pesquisa da Sociolinguística Variacionista.

Para formalizar uma proposta de periodização da história sociolinguística do Brasil, fundada nesses parâmetros, este artigo se estrutura da seguinte maneira. Na primeira seção, serão analisadas algumas

das propostas de periodização anteriores. Na segunda seção, serão discutidos os fundamentos teóricos e epistemológicos desta proposta. Finalmente, a terceira seção contém a proposta de periodização aqui formulada. Na conclusão deste artigo, algumas diretrizes para a pesquisa empírica no campo são esboçadas.

## 1. Propostas de periodização da história da língua no Brasil

A primeira proposta periodização da história linguística do Brasil, de Serafim da Silva Neto (1963[1951]: 73 e ss.), inicia-se com a advertência de que as três fases propostas para a história da língua portuguesa no Brasil “se referem à história externa” e são as seguintes:

- (i) **Primeira fase:** de 1532, início da colonização portuguesa, até 1654, data da expulsão dos holandeses do Brasil;
- (ii) **Segunda fase:** de 1654 até 1808, data da chegada da corte portuguesa ao Brasil;
- (iii) **Terceira fase:** de 1808 até a atualidade (no caso, 1951, data da publicação de sua proposta).

Na primeira fase, “é escassíssimo o elemento branco, que se vê afogado na maré de índios e africanos” (p. 74). Na segunda fase, “o elemento indígena, incompatível com a civilização europeia, vai rareando e desaparecendo, ao mesmo passo que cresce a influência de brancos e negros” (p. 80). A terceira fase seria a da hegemonia da língua portuguesa, conquanto ainda se faça sentir com bastante intensidade “a dualidade linguística entre a nata social, viveiro de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendentes dos índios, negros e mestiços da colônia” (p. 88-89).

Como destacado por outros críticos, o maior problema dessa proposta está na fixação do final da primeira fase. Tânia Lobo (2003: 400), retomando a crítica de Marlos Pessoa (2003: 25), afirma que “o destaque para a ocupação holandesa não se justifica em uma proposta de periodização da história linguística brasileira, na medida em que a presença holandesa no Brasil, tendo durado apenas 24 anos, não teve consequências no plano da linguagem”. Volker Noll emite o mesmo

juízo (2008: 263), além de criticar que “as fronteiras temporais alegadas” são “todas externas”.

A segunda proposta aqui analisada foi formulada por Marlos Pessoa (2003:16-80). Embora seja igualmente dividida em três fases, a segunda fase é subdividida em três partes:

- (i) **Primeira fase:** da divisão do país em capitanias hereditárias, em 1534, até a descoberta do ouro em Minas Gerais e a modernização do Estado português, com as reformas pombalinas, em 1750.
- (ii) **Segunda fase:** de 1750 a 1922, dividida em três subfases:
  - I. de 1750 a 1808, com a transferência da família real para o Brasil;
  - II. de 1808 a 1850, com o fim do tráfico negroiro;
  - III. de 1850 a 1922, com a eclosão do Movimento Modernista.
- (iii) **Terceira fase:** a partir de 1922, o fim do predomínio das oligarquias e o surto industrial.

A primeira fase se caracterizaria pela formação das variedades regionais e pelo multilinguismo. A divisão da segunda fase em três subfases corresponderia a três etapas da formação do *português comum brasileiro*: a sua “fermentação”, entre 1750 e 1808; a sua “efetiva formação”, entre 1808 e 1850; e sua “estabilização”, de 1850 a 1922. A terceira fase corresponderia ao “estágio de elaboração da língua literária”. A proposta de Pessoa procura articular fundamentos socioeconômicos com processos linguísticos de formação de uma *língua comum*, sobrepondo-se ao regionalismo inicial, e de elaboração de uma língua literária, que estariam relacionados aos fenômenos sociais da constituição do Estado Nacional e da urbanização.

Fixar o fim da primeira fase em 1750, com base na descoberta das minas é problemático, já que isso ocorreu no final do século XVII, ou seja mais de cinquenta anos antes. Na segunda metade do século XVIII a mineração já estava entrando em decadência. A delimitação do multilinguismo entre 1534 e 1750 também é criticada por Lobo (2003: 400), argumentando que “os séculos XVIII e XIX juntos detêm 85% do total de africanos que chegaram ao Brasil: 47% no século XVIII e 38% no século XIX”. Além disso, para se contrapor ao marco de 1922

proposto por Pessoa, Lobo defende a necessidade de considerar as transformações estruturais, invocando a proposição de Tarallo (1993) de que mudanças linguísticas teriam feito emergir uma gramática brasileira distinta da portuguesa, na passagem do século XIX para o século XX. Contudo, Lucchesi (2015b: 163-166), com base nas mesmas análises usadas por Tarallo, demonstra que os resultados empíricos apontam para o aprofundamento das mudanças na direção da realização do sujeito e do objeto nulo, por volta de 1930, e não na virada do século XIX para o XX.

Por sua vez, Tânia Lobo (2003: 402-403) propõe uma periodização “um tanto quanto econômica”, baseada em três fatores primaciais: história demográfico-linguística, crescimento populacional associado ao processo de urbanização, processo de escolarização associado ao processo de standardização da língua; estruturando sua periodização em duas fases apenas:

- (i) **Primeira fase:** até 1850: multilinguismo generalizado; não urbanização; não escolarização e não standardização linguística.
- (ii) **Segunda fase:** após 1850: multilinguismo localizado; urbanização; escolarização e standardização linguística.

A contribuição dessa proposta é considerar primacialmente processos sociolinguísticos, socioeconômicos e culturais: a passagem do multilinguismo ao unilinguismo majoritário, a transformação de um país rural em um país urbano, a alfabetização e a normatização da língua. Contudo, sua divisão dicotômica aponta para dois estados estanques, não capturando o processo de transição essencial a todo processo histórico. Outros problemas decorrem da escolha da data de 1850 como marco divisório.

Embora a efetiva proibição do tráfico negreiro tenha eliminado a principal fonte de multilinguismo no Brasil, não significa o seu fim. Nina Rodrigues (2004[1933]) registra, no final do século XIX, o uso de seis línguas africanas entre a população pobre de Salvador, com destaque para o ioruba. Portanto, o confinamento do multilinguismo às franjas da sociedade brasileira, ou aos nichos de imigrantes, só se consolidará no início do século XX. Além disso, a data de 1850 tam-

bém não é adequada para a urbanização e alfabetização. A urbanização está relacionada ao processo de industrialização, que só se implementa efetivamente a partir de 1930. Em 1872, a população urbana do Brasil não chegava a seis por cento do total; e em 1900 era inferior a dez por cento. O percentual da população urbana só vai crescer mesmo após 1930, passando de 10,7% em 1920 para 31,2% em 1940, chegando a 45,1 em 1960 e saltando para 67,7% em 1960 (Lucchesi 2015b: 144-145). O processo de alfabetização, por sua vez, decorre do processo de urbanização (Faraco 2008). Em 1872 os analfabetos correspondiam a 82,3% da população brasileira, e em 1920 o país ainda tinha 64,9% de analfabetos, no total da população com 15 anos ou mais. Só em 1960 o percentual de alfabetizados excedeu o dos iletrados nesse universo: 60,4% (Ferraro 2002: 33-34). Portanto, no que concerne aos parâmetros da urbanização e da escolarização, o marco de 1930 é mais pertinente do que 1850. A segunda metade do século XIX seria relevante apenas no aspecto da normatização linguística, que de fato ganha corpo na segunda metade do século XIX (Faraco 2008: 109-130).

A última proposta a ser analisada aqui é de Volker Noll (2008: 216-276). O seu maior problema é basear-se em dois princípios impróprios, que estão interligados: (i) a língua evolui em função de sua estrutura interna, seguindo uma *deriva*; e (ii) o português não foi afetado pelo contato entre línguas no Brasil. O grande equívoco de Noll (2008: 183-218) em relação ao papel do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil é se prender à dicotomia crioulização ou deriva. Como afirmou Faraco (2010: 296), superar essa “discussão dicotômica tradicional (crioulização prévia *versus* deriva secular)” é imprescindível para chegar a uma compreensão adequada dos efeitos do contato entre línguas na formação das variedades atuais do português brasileiro. Mesmo sendo a pidginização/crioulização do português no Brasil colonial e no Império um fenômeno localizado e efêmero, isso não significa que a aquisição defectiva do português como segunda língua por milhões de africanos escravizados e índios aculturados e a nativização dessa variedades de língua segunda entre seus descendentes, por mais de três séculos, não tenha interferido na formação das variedades de português faladas por esses segmentos até a atualidade, configurando um processo de *transmissão linguística irregular de tipo leve*, cuja consequência mais notável é um amplo processo de simplifi-

cação morfológica que caracteriza o português popular brasileiro até os dias atuais (Lucchesi 2001, 2009 e 2015b: 85-122).

Para além da fragilidade de seus fundamentos teóricos, a proposta de Noll (2008: 269) exhibe também um problema epistemológico, quando afirma que “como se trata de processos linguísticos que costumam se estender por décadas, não é razoável delimitar as fases por datas fixas, como se faz para os eventos históricos”. Se os eventos históricos têm uma data, os processos sociais a que eles dizem respeito, se estendem, como as mudanças linguísticas, não apenas por décadas, mas por séculos. Na periodização clássica da história da humanidade, o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, são delimitados pela tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, no ano de 1453, mas o processo social subjacente à passagem de uma fase a outra (o fim do sistema feudal e a emergência dos modernos estados nacionais), não se deu obviamente nesse ano, mas no curso de séculos. O que se faz na historiografia geral é tomar um acontecimento como marco sinalizador, e o mesmo se pode, e se deve fazer em relação à história da língua. Porém, Noll (2008: 269-277) prefere “uma classificação em séculos e semi-séculos” e propõe as seguintes fases “na evolução do português brasileiro”:

- (i) De 1500 a 1550, **fase inicial**: traslado da língua portuguesa para o Brasil.
- (ii) De 1550 a 1700, **primeira fase formativa**: formação das primeiras características da língua portuguesa no Brasil.
- (iii) De 1700 a 1800, **fase diferenciadora**: formação do português brasileiro, diferenciação das variedades europeia e brasileira.
- (iv) De 1800 a 1950, **fase de desenvolvimento da escrita e do ensino**: introdução da impressão tipográfica e da imprensa, implantação do ensino público oficial e criação do ensino superior; diferenciação progressiva da norma europeia.
- (v) De 1950 ao presente, **fase de nivelção**: evolução dos meios de comunicação, introdução da televisão, urbanização progressiva.

A proposição da fase inicial de 1500 a 1550 não faz qualquer sentido como transplantação da língua, já que a presença portuguesa no Brasil se resumia, no período, a alguns poucos indivíduos. Por outro lado, para Noll, a história linguística do Brasil é apenas uma extensão da história de Portugal, sendo a diferenciação do português brasileiro em relação ao português europeu o parâmetro central de sua periodização. Assim, na primeira fase (a “formativa”), “aparece o primeiro traço distintivo entre o português do Brasil (PB) e o português europeu (PE) na fonética”: a não fricativização do /d/ intervocálico, documentada em Portugal em 1569. Noll pressupõe essa diferenciação com base no fato de tal mudança não ter se consumado no Brasil, mas esse raciocínio é questionável, porque o fato de uma mudança não ter se consumado no Brasil não implica que no período a população de colonos portugueses não exibisse essa pronúncia, podendo a mesma ter desaparecido posteriormente. Além disso, Noll ignora o multilinguismo que caracteriza o Brasil na época, destoando de todas as demais propostas, que tomam esse aspecto para definir essa fase inicial. Já a fase “diferenciadora” (1700-1800) coincide também com um grande avanço da língua portuguesa no território brasileiro (Lucchesi 2006), mas isso é ignorado por Noll, que se restringe à diferenciação entre o PE e o PB. Contudo, na definição das últimas fases, deve-se registrar o aspecto positivo de considerar processos sociais e culturais que afetam diretamente os usos linguísticos.

Antes de delinear os parâmetros que orientaram a proposta que aqui se vai sistematizar, serão destacados os pontos positivos e de convergência nas propostas anteriores; o que pode beneficiar, sobremaneira, esta sistematização.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a convergência em torno da fase inicial, marcada pelo multilinguismo. A divergência ficaria em torno de seus limites *a quo* e *ad quem*. Há uma maior convergência em relação ao limite inicial, que oscila entre 1532 e 1534, sendo o problema maior definir seu limite final. Silva Neto situa-o em 1624, Pessoa fica em 1750, enquanto Lobo o estende até 1850. A questão que se coloca aqui é: *qual o ponto de inflexão que determina a mudança no sentido da imposição do português sobre o universo de multilinguismo que caracteriza o início da colonização?* Ou seja, não se trata de delimitar o fim do multilinguismo, mas a virada no sentido da homogeneização

da realidade sociolinguística brasileira, o início do efetivo processo que vai restringir o multilinguismo a pequenos nichos bem localizados. Essa questão é crucial, não apenas para definir uma periodização, mas, sobretudo, para fazer avançar a compreensão sobre a história sociolinguística do Brasil. Em seu pioneirismo, Serafim da Silva Neto (1963[1951]: 73) já identificava a imposição do português como central na formação linguística do Brasil; o que define a segunda fase, que sucede o multilinguismo inicial. Para ele, essa fase se daria entre 1624 e 1808; para Pessoa, seria entre 1750 e 1922; enquanto Lobo não é capaz de capturar a dinâmica desse processo, com sua proposta dicotômica. Delimitar o período em que a sociedade brasileira transita do “multilinguismo generalizado ao multilinguismo localizado” é igualmente crucial para entendimento da história sociolinguística do país.

Por fim, deve-se destacar a convergência entre Pessoa e Noll, ao estabelecer uma fase final, determinada pelo processo de industrialização e urbanização, com atuação proeminente dos meios de comunicação de massa. Para Pessoa, essa fase se iniciaria em 1922; para Noll, em 1950, em sua escala de semi-séculos. A proposta dicotômica de Lobo também não consegue deslindar essa fase apropriadamente. E Silva Neto, não tinha como perceber as mudanças que ainda estavam ganhando corpo, quando ele formulou sua proposta, em 1951.

Portanto, o exame das propostas anteriores fornece pistas muito valiosas para definir as questões que devem ser enfrentadas na elaboração de uma periodização para a história sociolinguística do Brasil. Falta, porém, um liame que possa tecer essa periodização, o que demanda uma fundamentação teórica consistente, no plano da Linguística Histórica.

## 2. Parâmetros que fundamentam esta proposta

Para pensar adequadamente a história sociolinguística do Brasil, é preciso, em primeiro lugar, livrar-se do modelo português. A história linguística do Brasil é completamente distinta da história da língua em Portugal, um dos raros casos em que as fronteiras políticas e linguísticas coincidem quase plenamente. A hegemonia da língua portuguesa no Brasil, ao contrário, decorreu de um processo que durou séculos. Além

disso, o estudioso da história da língua em Portugal dispõe de muita documentação escrita, desde antes de a língua portuguesa substituir o latim como meio de expressão escrita, no século XIII. A situação no Brasil é totalmente distinta, já que o nível de letramento da sociedade colonial brasileira era baixíssimo, em função de uma política deliberada do Estado português, que proibiu inclusive a instalação de qualquer tipografia até 1808.

Porém, a diferença mais marcante é uma clivagem essencial que vai marcar toda a história sociolinguística do Brasil, a partir do início da colonização portuguesa (Lucchesi 2009, 2015b: 85-122). De um lado, está a evolução da língua transplantada pelos colonos portugueses, que a transmitiam para seus filhos e netos, configurando assim um processo de transmissão geracional regular<sup>2</sup>. Porém, esse universo compreende apenas cerca de um terço da população do Brasil até meados do século XIX. Os demais dois terços da população do Brasil eram compostos por africanos e índios, obrigados a adquirir o português como língua de intercurso na sociedade colonial e do Império. E essa modalidade de segunda língua, no mais das vezes, precariamente adquirida, foi-se convertendo na língua de seus descendentes endógamos e sobretudo mestiços. Nesse caso, tem-se um processo de *transmissão linguística geracional irregular*, já que em algum momento o modelo da aquisição da língua materna das crianças é constituído, em grande parte, por variedades de segunda língua mais ou menos defectivas (Lucchesi & Baxter 2009, Lucchesi 2009 e 2015b: 95-111; Faraco 2016: 136-160). Como a transmissão da língua de uma geração a outra constitui um momento crucial na implementação de mudanças linguísticas (Lightfoot 1999), é razoável assumir que tais variedades nativizadas tenham-se diferenciado significativamente das variedades que eram adquiridas pelos filhos dos colonos portugueses.

Embora se possam deslindar esses dois universos linguísticos, não se pode perder de vista seus vasos comunicantes. Em muitos casos, havia uma estreita relação entre senhores, capatazes e escravos, registrando-se na formação da sociedade brasileira um elevadíssimo grau de mestiçagem. Dessa forma, muitas mudanças induzidas pela transmissão

---

2. Obviamente que essa situação não impede que mudanças afetem a estrutura da língua, já que toda língua em uso está em permanente processo de mudança.

linguística irregular podem ter percolado para o grupo dominante. Porém, é preciso ter em mente que se trata de dois processos distintos: as mudanças produzidas pela *transmissão linguística irregular*, entre os descendentes de negros e índios, e as mudanças decorrentes do *contato dialetal* que afetarão os filhos dos colonos portugueses, estando os mestiços a cavaleiro entre esses dois universos.

Questiona-se, então, o ideal de uma periodização baseada precipuamente em fatos linguísticos. A primeira questão que se impõe é: que mudanças considerar? As mudanças do universo dos colonizadores ou as do mundo dos subjugados e aculturados? A maioria das propostas anteriores se concentra, ou mesmo se restringe à língua dos colonizadores, excluindo assim a história linguística de dois terços da população brasileira. É óbvio que uma periodização da história linguística tem de levar em conta as mudanças linguísticas. Contudo, a teoria que se assume em relação à mudança é crucial para definir a forma como as mudanças afetam a história da língua.

Dentro de uma visão em que as mudanças são determinadas pela evolução interna do sistema linguístico, a periodização se baseia nas datas em que as mudanças supostamente se concluíram, definindo a passagem de um estado de língua para outro, nos termos da visão saussuriana (1973[1916]). Tem-se então uma coleção de datas que marcariam fases da língua de forma autônoma, em relação à história social e política da população que fala essa língua. Não é à toa que a proposta de Noll (2008) adota datas abstratas (de séculos e semi-séculos), ao invés de se basear em datas de eventos históricos.

Para além da fragilidade dessa visão imanentista em seus fundamentos teóricos e lógicos, pode-se questionar em que medida essa coleção de datas ilumina a história da língua. Na perspectiva do Paradigma Variacionista (Weinreich, Labov & Herzog 1968; Labov 2008[1972], 1982, 1994, 2001a, 2001b), a mudança compreende um longo processo desde sua origem, passando por sua difusão, tanto na estrutura linguística, quanto na estrutura social, até atingir sua implementação. Tarallo (1991) argumentou que as determinações estruturais (internas) atuam sobretudo na origem da mudança, enquanto as determinações sociais (externas) seriam determinantes na difusão ou não da mudança linguística. Nesse sentido, Labov (1982: 74) afirmou que os fatores

sociais poderiam reverter tendências estruturais internas. Portanto, essas supostas tendências internas constituiriam somente uma espécie de latência, que pode se desenvolver e consumir, ou não, a depender das condições sociais.

Já a difusão da mudança na estrutura linguística e, sobretudo, na estrutura social é um processo extremamente complexo e regido por múltiplas variáveis. Vencida a etapa da determinação psíquico-biológica de sua potencialidade original, o processo de mudança passa para um patamar social, no qual as determinações são muito mais fugidias e contingenciais. Em função disso, a mudança tende a se prolongar no tempo, não apenas por décadas, mas por séculos. Galves (2012), com base em estudos empíricos, demonstrou que muitas mudanças gramaticais que se consolidaram no século XVI, marcando a passagem do português arcaico para o português clássico, já podiam ser observadas em meados do século XIV; ou seja, sua implementação durou mais de 200 anos. A questão que se coloca, então, é: para a compreensão do processo de mudança e da história da língua como um todo, o que seria mais relevante: o momento em que se desencadeia a mudança ou o momento em que se completa?

O processo de difusão que conduz à consumação de uma mudança é tanto mais randômico, quanto é social, pois envolve a reação subjetiva dos falantes, uma dimensão crucial da mudança linguística, como definido no *evaluation problem* de Weinreich, Labov e Herzog (1968). A rejeição ou aceitação de uma nova variante linguística, na comunidade de fala, é em grande medida contingencial. Tudo indica que o gosto não seja determinado por parâmetros estruturais ou funcionais, caso contrário, as alegadas mudanças funcionais seriam inexoráveis, o que não é o caso (Lass 1980).

Assim, a duração de uma mudança linguística é muito variável e imprevisível. A substituição de *nós* por *a gente*, por exemplo, exibiria seus primeiros indícios no longínquo século XVI, ganharia consistência no século XIX e ainda está por se completar neste início de século XXI (Lopes 1999). Outras mudanças, na mesma pauta de pronomes pessoais, implementaram-se mais rapidamente, como as mudanças de *vós* por *vocês* e de *tu* por *ocê*. A primeira se teria consumado no século XVIII (Faraco 1982: 203). A segunda teria ocorrido entre os séculos XIX e

XX, nos grupos e localidades em que se consumou (Lopes, Rumeu & Carneiro 2013). Mas o próprio fim de uma mudança não constitui um fato, por assim dizer, discreto. A substituição de *tu* por *você* se completou em muitas áreas do Brasil e em outras não. E mesmo dentro de uma mesma área, o *tu* deixou completamente de ser usado por um grupo social e ainda guarda muita vitalidade em outro, como se vê no Rio de Janeiro, onde a elite da zona sul não o usa mais, enquanto essa forma é corrente na fala popular dos subúrbios e periferia da cidade.

Com a substituição do paradigma estruturalista pelo da Sociolinguística, abandona-se a visão simplista da passagem de um estado de língua para outro, em função de uma concepção mais complexa, em que se delinea um caleidoscópio, no qual se propagam continuamente, na estrutura linguística e social da comunidade de fala, inúmeros processos de mudança, igualmente diversos em sua natureza. Há mudanças que se propagam lentamente, abaixo do nível de consciência dos falantes. Há mudanças que se propagam de cima para baixo, em função do prestígio do grupo dominante. Há formas variantes que caracterizam um grupo social específico, podendo se manter confinadas a esse grupo ou se expandir, na medida em que esse grupo ascende na hierarquia social, e assim por diante. Portanto, o que parece mais adequado, no plano mais amplo de uma história da língua, é buscar a correlação entre os processos sociais e as mudanças que esses processos impulsionam na estrutura linguística.

No caso específico da história sociolinguística do Brasil, o grande desafio é equacionar os processos de mudança em um contexto social em que muitas dezenas de línguas interagiram com uma língua dominante, como ocorreu, a partir do estabelecimento do projeto colonial português no território brasileiro.

### 3. A periodização da história sociolinguística do Brasil

Mesmo considerando o universo de aproximadamente 98% da população brasileira que têm hoje o português como língua materna, uma história sociolinguística que toma como ponto de partida o início da colonização portuguesa não dá conta de todos os processos que concorreram para essa configuração atual, pois não é capaz de explicar,

por exemplo, por que a denominação comum de grande parte da fauna e da flora brasileiras, bem como da toponímia, e mesmo da antroponímia e do vocabulário comum, como *guri* e *mingau*, são provenientes das línguas tupi e tupinambá (hoje extintas), e não de qualquer outra das muitas dezenas de línguas indígenas brasileiras, das famílias gê, karib, aruak, arawá, ou mesmo da família tupi-guarani à qual as línguas tupi e tupinambá pertenciam.

Essa contribuição do tupi e do tupinambá ao léxico nacional só se tornou possível, porque, no início do século XVI, quando se inicia a colonização portuguesa, a costa do Brasil era ocupada por povos que falavam variedades linguísticas muito aparentadas que entraram para a história com a designação geral de *tupi*. Aryon Rodrigues (2010), entretanto, distingue duas línguas distintas, o tupi, falado em São Paulo, e o tupinambá, falado, desde o Rio de Janeiro até a foz do Rio Amazonas. Porém, os povos que falavam essas línguas, integrantes do grande grupo tupi, eram originários de uma região entre os rios Madeira e Xingu, afluentes da margem sul do Amazonas, e sua dispersão deve-se ter iniciado entre três e cinco mil anos atrás. Porém, sua grande expansão deve ter corrido entre dois e três mil anos atrás (no que passou a ser denominado *migração tupi*), com a difusão de dezenas de línguas do tronco tupi por uma vasta área que inclui a Amazônia, o Centro-Oeste do Brasil, e boa parte dos territórios da Bolívia e do Paraguai, além da região sul do Brasil (URBAN, 1992: 91-92). Para o que interessa aqui, a expansão final dos povos tupis pelo litoral do Brasil, desde São Paulo até a foz do rio Amazonas, teria se iniciado após o ano mil (URBAN, 1992: 92), e pode-se dizer que ainda estava em curso quando os portugueses aqui chegaram, porque os tupis viviam em intermitente beligerância, quer com povos de outros grupos etnolinguísticos (por eles chamados genericamente de *tapuias*), quer entre si, em disputa territorial, bem como para aprisionar inimigos que eram devorados em grandes festas rituais de antropofagia, elemento central na cultura e no imaginário desses povos.

Essa dominação do litoral pelos tupis teve grandes consequências para a história sociolinguística do Brasil, sobretudo nos dois primeiros séculos da colonização, tanto que os jesuítas, que adotaram o tupinambá como instrumento de catequese, denominaram esse idioma como *língua brasileira*, denominação que ganhou força no século XVII. Nas regiões

periféricas do empreendimento colonial, como São Paulo e a Amazônia, o tupi e o tupinambá eram, respectivamente, a língua de intercuro. Nessas regiões, a presença de colonizadores portugueses, em sua imensa maioria homens, era rarefeita, e o cruzamento destes com as mulheres indígenas, generalizado; sendo os filhos desses cruzamentos chamados *mamelucos*. Nessas sociedades mamelucas predominavam variedades simplificadas do tupi e do tupinambá, que passaram a ser denominadas *línguas gerais*, a partir da segunda metade do século XVII. A língua geral paulista foi levada pelos bandeirantes, para interior dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, onde o tupi jamais tinha sido falado, mas entrou em declínio no século XVIII, vindo a desaparecer no século XIX. Já a língua geral amazônica, de base tupinambá, falada inicialmente no Maranhão, foi levada para o Pará e para o Amazonas, com a expansão colonial portuguesa na região, nos séculos XVII e XVIII, tornando-se língua franca. E foi adotada por povos indígenas de outras famílias linguísticas, tendo-se nativizado entre muitos deles (Rodrigues 1986: 99-103). Com a denominação de *nheengatu* ('língua boa'), entrou em declínio no século XIX, mas ainda é falada no extremo noroeste do Brasil, na região do Alto Rio Negro (Freire 2004), sendo alçada à condição de língua cooficial, no município de São Gabriel da Cachoeira, do Estado do Amazonas, onde são faladas cerca de trinta línguas indígenas de cinco famílias distintas.

Tudo isso justifica a proposição de uma **primeira fase da história sociolinguística do Brasil**, que se inicia após o ano mil, com a expansão tupi pelo litoral, e se encerra no ano de 1532, com efetivo início da colonização do Brasil pelos portugueses. Essa é a principal inovação desta proposta de periodização.

A segunda fase é marcada pelo povoamento da costa do Brasil pelos portugueses, com a fundação da Vila de São Vicente, no litoral de São Paulo, em 1532, e prossegue com o estabelecimento do sistema de Capitânicas Hereditárias pelo Rei de Portugal, D. João III, em 1534. Como tal sistema não logrou sucesso, o mesmo rei instituiu o Governo Geral, em 1548, sendo que o primeiro governador geral, Tomé de Souza, só chegou ao Brasil, em 1549, fundando a cidade de Salvador, primeira capital do país. Essa segunda fase é caracterizada pelo que Mattos e Silva (2004) denominou "multilinguismo generalizado" e se estende até o ano de 1695, tomando como fatos demarcadores o desbaratamento

do Quilombo dos Palmares, na região do atual Estado de Alagoas, e a descoberta das primeiras jazidas de ouro e pedras preciosas, na região de Minas Gerais (data aproximada).

No que concerne ao multilinguismo que caracteriza essa segunda fase, para além das centenas de línguas indígenas que se falavam no interior do país, já que a ocupação portuguesa se restringia basicamente às zonas litorâneas, destaca-se o amplo uso do tupi, em São Paulo, e do tupinambá, no sul da Bahia (Argolo 2013) e no Estado do Grão-Pará e Maranhão (Faraco 2016: 94-97), em suas versões simplificadas e mestiças denominadas *línguas gerais*, como referido acima.

Por outro lado, no nordeste do Brasil, conformaram-se *sociedades de plantação*, com base na monocultura exportadora da cana de açúcar, no Recôncavo baiano e na zona do massapê pernambucano. Nessa região mais dinâmica do projeto colonial português, a população indígena foi logo exterminada, sendo substituída pela maciça importação de escravos africanos. Essa sociedade, que Gilberto Freyre (1933) definiu através do binômio *casa grande & senzala*, guarda muitos paralelos com as sociedades de plantação do Caribe, onde vicejaram muitas das línguas crioulas hoje conhecidas no mundo. Conquanto não tenha havido um processo representativo e duradouro de criouliização do português no Brasil, os cenários mais favoráveis a potenciais processos de pidginização e criouliização encontram-se, no século XVII, na sociedade açucareira do Nordeste e seus entornos, particularmente nos quilombos que formavam os escravos foragidos e cujo maior expoente foi o Quilombo de Palmares, que chegou a reunir, em seu apogeu, em 1670, cerca de 20 mil indivíduos. Para além de variedades pidginizadas e crioulizadas de português, é factível supor também o uso de línguas francas africanas nos quilombos, com destaque para o quimbundo, que, segundo Silva Neto (1963[1951], p. 85) teria sido corrente em Palmares. Como a maioria dos escravos importados eram provenientes de Angola, é provável que o quimbundo também fosse a principal língua franca das senzalas. Há uma referência do Padre Antônio Vieira a uma ampla catequese em língua de Angola, na década de 1660 (Petter 2006: 127), e a primeira gramática do quimbundo foi escrita por um padre jesuíta, Pedro Dias, em Salvador, em 1694, sendo publicada em Lisboa, em 1697 (Rosa 2013).

Portanto, a **segunda fase da história sociolinguística do Brasil**, que se estende de 1532 a 1695, é marcada pelo plurilinguismo, no qual o português se insere, de forma minoritária, em um extenso mosaico de centenas de línguas indígenas faladas no interior do país, às quais se agregam as línguas gerais, faladas em São Paulo, no sul da Bahia, no Maranhão e na Amazônia, e variedades pidginizadas e crioulizadas de português, que potencialmente emergiram, na Região Nordeste, bem como línguas francas africanas, com destaque para o quimbundo, de uso corrente entre a população escrava, a qual pode ter correspondido a mais de dois terços da população da sociedade açucareira.

Contudo, deve-se destacar, nesse cenário de multilinguismo, a clivagem essencial que marca toda a história sociolinguística do Brasil, entre a língua portuguesa do grupo dominante minoritário e as centenas de variedades linguísticas em uso entre os grupos subjugados ou não contatados. A língua da administração colonial e das autoridades eclesiásticas foi desde sempre cultivada pelo modelo da Metrópole portuguesa, não obstante as prováveis influências que o contato com os grupos dominados tenha exercido, sobretudo, na fala dos filhos dos colonos portugueses nascidos no Brasil (Lucchesi 2009 e 2015b: 95-111).

De qualquer forma, os efeitos linguísticos dessa segunda fase devem ser devidamente dimensionados em função da demografia histórica. Estima-se que a população da sociedade colonial, em 1700, fosse de trezentos mil habitantes aproximadamente; portanto, uma população muito reduzida para se postular uma significativa influência ulterior, particularmente a hipótese de que o português brasileiro seria uma continuidade do português arcaico. Todas as características vigentes no cenário sociolinguístico brasileiro até o fim do século XVII podem ter sido abafadas pela avalanche de povoamento que ocorrerá no século XVIII, em função do chamado *ciclo do ouro*.

A **terceira fase da história sociolinguística do Brasil** inicia-se em 1695 e se estende até a Revolução de 1930. Essa fase se define por um amplo, profundo e violento processo de homogeneização linguística, no qual o português se impõe como língua hegemônica, tornando-se a língua materna da imensa maioria da população brasileira. Como resultado de todo esse processo, nenhuma das línguas africanas conservou-se

no Brasil, e o uso das línguas indígenas foi drasticamente reduzido, ficando confinado às regiões mais recônditas do país, nomeadamente na Amazônia e no Centro-Oeste. O desaparecimento das línguas africanas deveu-se à desmedida violência física, cultural, simbólica e psicológica inerente ao processo de escravidão, ao passo em que a extinção de muitas línguas indígenas deveu-se ao extermínio dos povos que as falavam, não obstante muitas outras tenham desaparecido pela aculturação forçada de seus falantes, inclusive pela catequização dos jesuítas, que lhes impunham a língua geral de base tupi ou tupinambá, de modo que a homogeneização linguística de muitas populações indígenas passou por uma fase intermediária de assimilação da língua geral, até a imposição do português.

Demarcar o início dessa terceira fase da história sociolinguística do Brasil no final do século XVII significa assumir que ocorre uma inflexão crucial, com uma mudança qualitativa no processo de difusão e imposição da língua portuguesa, a partir de então. Em um primeiro momento, essa inflexão se deve ao *ciclo econômico do ouro*, ao longo do século XVIII. Entretanto, a hegemonização da língua portuguesa vai-se aprofundar, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, do que a independência política, em 1822, é apenas uma consequência. Por fim, o encerramento do tráfico negreiro, em 1850, será igualmente um fator decisivo nesse processo, por um lado, por extinguir uma das principais fontes do multilinguismo no Brasil e, por outro lado, porque vai desencadear uma política de incentivo à imigração europeia e asiática, no bojo de um projeto de “branqueamento” da sociedade que a elite brasileira encampou, na segunda metade do século XIX e início do século XX, o que também terá importantes consequências na configuração da realidade sociolinguística atual (Lucchesi 2001; Faraco 2008).

Portanto, essa terceira fase, que é a mais importante em toda a história sociolinguística do Brasil, posto que nela se concentra o cerne do processo que vai determinar a atual configuração linguística do país, estende-se de 1695 a 1930; sendo subdividida em três períodos: o primeiro vai de 1695 até 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil; o segundo vai de 1808 a 1850, com o fim do tráfico negreiro; e o terceiro vai de 1850 até a Revolução de 1930, que pôs fim à chamada *República Velha*.

O primeiro vetor de difusão e imposição da língua portuguesa pelo território brasileiro veio da expansão da atividade pecuária, que já se iniciou no século XVII, mas ganhou grande impulso com o ciclo do ouro, no século XVIII. No Nordeste, criadores de gado da região da Bahia, Sergipe e Alagoas, penetraram os sertões através do curso do Rio São Francisco até atingir o interior de Minas Gerais. Para conquistar esses territórios, tiveram de sobrepujar a resistência de muitos quilombos, como o de Palmares, e de muitas tribos indígenas, com destaque para a chamada Confederação dos Cariris (Silva 1990: 83). Ao desbaratar quilombos e tribos, os colonizadores promoviam a expansão da língua portuguesa, em detrimento das línguas indígenas e das línguas francas africanas, bem como de eventuais pidgins e crioulos portugueses que se teriam formado nos quilombos.

Podem-se imaginar as consequências linguísticas desse processo de integração de amplas áreas do território brasileiro, com a interação de diversos falares, ao longo do século XVIII, em torno do grande núcleo populacional que se formou nas Minas Gerais, com base na riqueza do ouro e das pedras preciosas. O impacto do ciclo do ouro para a economia colonial pode ser medido pelo fantástico crescimento da população no período. Em 1700, a população do Brasil rondava a cifra de trezentos mil indivíduos. Um século depois, é estimada em até três milhões e seiscentos e sessenta mil habitantes<sup>3</sup>; ou seja, um crescimento de até doze vezes, o maior de toda a história, em termos relativos. Só no século XX, será encontrado um crescimento proporcionalmente semelhante, quando a população brasileira passou de cerca de dezessete milhões em 1900, para aproximadamente 170 milhões de indivíduos contabilizados no censo de 2000 do IBGE.

A imigração portuguesa irá contribuir significativamente para esse expressivo crescimento demográfico, pois estima-se que cerca de seiscentos mil portugueses migraram para o Brasil, somente entre 1701 e 1760 (Venâncio 2000: 65-66). Some-se a isso o enorme contingente de escravos importados da África. A média anual de desembarque de africanos no Brasil passou de sete mil, de 1676 a 1700, para 15.370, na primeira década do século XVIII, e atingiu a impressionante média anual de 18.510 africanos desembarcados, na década de 1741 a 1750.

3. Fonte: IBGE, 2000, p. 221.

Assim, teriam desembarcado no Brasil, no período que vai de 1700 a 1780, cerca de 1.285.500 africanos.<sup>4</sup>

Esses contingentes de novos colonizadores e seus escravos foram progressivamente desalojando os antigos colonos paulistas e mamelucos, falantes da língua geral. Após violentos conflitos, os portugueses sobrepuseram os paulistas, que se deslocaram para o centro-oeste do Brasil, liderando o processo de descoberta de novas jazidas em Mato Grosso e em Goiás. Portanto, a essa exclusão dos paulistas e dos índios que os serviam deve ser tributado o avanço da língua portuguesa sobre a língua geral de base tupi, no Sudeste do país. Porém, embora seja mais apropriado relacionar o recuo das línguas gerais a fatores socioeconômicos, não se pode deixar de registrar o Diretório de 1757, que proibia o uso da língua geral, como a explicitação de uma política deliberada da Metrópole portuguesa para promover a homogeneização linguística do Brasil, com a imposição da língua portuguesa.

O Diretório deve ser compreendido no contexto do conflito de interesses entre a Coroa Portuguesa e os jesuítas, que culminou com a expulsão destes, em 1759. Os jesuítas tinham na língua geral um instrumento crucial para estabelecer sua aliança e seu domínio sobre as populações indígenas aldeadas (Faraco 2016: 98-119). A política do Diretório procurou sustar a influência dos jesuítas, impondo o ensino de português às populações indígenas nos aldeamentos, porém a falta de recursos fez com seus efeitos práticos fossem bem reduzidos, particularmente na Província do Maranhão e Grão-Pará, onde a língua geral tupinambá seria predominante até a segunda metade do século XIX, quando processos socioeconômicos e demográficos determinariam seu declínio.

Com o predomínio da atividade mineradora, o centro econômico e social da América portuguesa se transfere para o Sudeste, e a consolidação da língua portuguesa nessa região deve ser associada ao que se considera o primeiro grande surto de urbanização do Brasil. Diferentemente das antigas cidades da sociedade açucareira do Nordeste, as cidades mineiras e, posteriormente, mais ainda, o Rio de Janeiro, não apenas guardavam uma autonomia em relação ao mundo rural, como se tornaram importantes centros onde se controlava e comercializava a

4. Fonte: IBGE, 2000, p. 223.

produção. Esse universo urbano criou as condições para um processo mais efetivo de normatização do uso linguístico, com uma norma culta, forjada no universo letrado (Lucchesi 2006).

Por outro lado, o fosso da polarização sociolinguística do Brasil ainda se mantinha, não obstante o avanço da língua portuguesa. O registro histórico de um manual de conversação em língua fon, escrito por um português, em Vila Rica, em 1741, revela o uso de línguas francas africanas, na sociedade mineira do século XVIII (Castro 2002). Ao lado disso, deve-se ter em conta também a formação de variedades bem alteradas de português, faladas como segunda língua pelos africanos, ou já nativizadas entre seus descendentes, mesmo que essas variedades não tenham se constituído enquanto pidgins e crioulos *tout court*.

Mas as grandes cidades mineiras teriam vida curta, e logo se esvaziariam no ritmo acelerado em que se exauriam as minas de ouro e as jazidas de diamantes. Assim, o centro urbano mais beneficiado com a atividade mineira foi o Rio de Janeiro, que passou a ser o maior porto importador de escravos do país. Os lucros auferidos com o tráfico negreiro promoveram a implantação de toda uma rede de comércio ligando o Rio de Janeiro às diversas províncias do Brasil e o grande crescimento da cidade, que, em 1763, tornou-se a Capital da Colônia e a sua cidade mais importante. Dessa forma, o Rio de Janeiro deu continuidade ao processo de difusão da língua portuguesa e homogeneização linguística do Brasil iniciado com o ciclo do ouro, o que será aprofundado com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, definindo o início do segundo período nessa longa fase de homogeneização linguística.

A vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, constitui um *turning point* na história do Brasil, tornando-se o Rio de Janeiro a primeira cidade fora da Europa a receber a Corte de um estado absolutista europeu. As mudanças socioeconômicas desencadeadas com a abertura dos portos, que permitia ao Brasil comercializar diretamente com qualquer outra nação, produziram grandes mudanças no nível civilizacional e cultural, com uma grande ampliação do universo do letramento. A criação da *Impressão Régia*, já em 1808, permitiu a atividade tipográfica, o que era proibido até então, possibilitando o surgimento do primeiro jornal brasileiro, *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Vários outros surgiram após a Independência. Na esteira desse processo civilizatório, ocorreram: a

criação, em 1810, da Biblioteca Nacional, com um significativo acervo, que não parou de crescer; a Missão Artística Francesa, em 1817; a fundação da Escola de Medicina, na Bahia, em 1808; a criação da Academia Militar, no Rio de Janeiro, em 1810, das Faculdades de Direito, em São Paulo e em Olinda, em 1827, e do Instituto Histórico e Geográfico, em 1838. Em 1837, ocorre a fundação do Colégio Pedro II, “referência de todo o sistema educacional do Império e da República até 1950 e principal sede do processo de gramaticização do português no Brasil” (Faraco 2016: 150-154).

Deve-se atentar também para os efeitos, no plano do comportamento e da língua, da instalação, no Rio de Janeiro, de pelo menos quinze mil pessoas que formavam a elite econômica e cultural da época. Como observa Costa e Silva (2011: 58), “os aristocratas que acompanharam D. João ou vieram logo depois para sua companhia passaram a ser invejados e imitados tanto pelos proprietários rurais que tinham casa na cidade, quanto pelos negociantes”.

A independência política só veio a aprofundar as mudanças desencadeadas a partir de 1808, não obstante um certo esvaimento, decorrente do retorno da Corte a Portugal em 1821. No plano econômico, ganha destaque a lavoura cafeeira, mantendo-se em níveis ainda mais elevados a importação de escravos africanos, que passa de uma média anual de 24.410 indivíduos, na década de 1800-1810, para 32.770, na década seguinte, atingindo a marca de 43.140, entre 1820 e 1830 (IBGE 2000: 223). Portanto, esse segundo período da hegemonização linguística do Brasil é determinado pelos reflexos civilizacionais da transferência da Corte Portuguesa, pela Independência Política e pela emergência da economia cafeeira.

Já o período final se inicia com o fim do tráfico negreiro, em 1850, em função da pressão política, econômica e militar (naval) do imperialismo inglês. Por um lado, essa medida sustou a principal fonte do multilinguismo no Brasil; por outro, a solução encontrada para substituir a mão de obra africana, sobretudo após a Abolição, em 1888, foi atrair imigrantes europeus e asiáticos. Assim, ingressaram no Brasil, entre 1884 e 1933, quase três milhões de imigrantes, com o predomínio de mais de um milhão e quatrocentos mil italianos, quinhentos e oitenta

mil espanhóis, cento e oitenta e cinco mil japoneses, cento e setenta mil alemães e cem mil turcos e sírios<sup>5</sup> (IBGE 2000: 226).

Embora o objetivo final dos proprietários de terra brasileiros fosse explorar ao máximo essa nova força de trabalho, as condições enfrentadas pelos imigrantes eram muito mais favoráveis do que as impostas aos antigos escravos, de modo que os efeitos do contato linguístico massivo, nesse caso, terão sido muito mais leves do que entre a população de origem africana. Por outro lado, a rápida ascensão social de muitos imigrantes viria a constituir um fator atenuante da forte clivagem linguística do país (Lucchesi 2001), devendo-se considerar também a maciça imigração portuguesa no período<sup>6</sup> como um fator que reforçou a hegemonia da língua portuguesa, em sua feição lusitanizante.

E o progresso econômico ia alcançando todas as regiões, com as mazelas de uma sociedade profundamente desigual, promovendo, assim, o avanço da língua portuguesa. Foi o que aconteceu na Amazônia, com o *boom* do ciclo da borracha (1872-1910), que atraiu para a região cerca de quinhentos mil trabalhadores nordestinos. Esse contingente ocupou o vazio demográfico provocado pelo extermínio da população indígena e cabocla local, em primeiro lugar, na repressão à chamada Revolta da Cabanagem, entre 1836 e 1840, e, em seguida, com a sangria demográfica provocada pelo recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai (1865-1870). A chegada dessa massa de falantes do português, facilitada pela introdução da navegação a vapor na bacia do Amazonas, promoveu um grande avanço da língua portuguesa sobre o nheengatu, a língua geral de base tupinambá, até então muito representativa na região (Freire 2004: 240-255).

No universo urbano, particularmente no Rio de Janeiro, a segunda metade do século XIX é marcada pelo aprofundamento da normatização linguística, com a criação da cátedra de língua portuguesa no Colégio Pedro II, em 1871; a proliferação das gramáticas normativas, na década de 1880; e a criação, em 1897, da Academia Brasileira de Letras (Faraco 2008: 125-126); tudo isso sob a hegemonia de uma mentalidade purista lusitanizante, que vai perdurar pelas primeiras décadas do século XX,

5. Não são computados aqui os mais de um milhão e duzentos mil portugueses que entraram no Brasil, no mesmo período.

6. Cf. nota anterior.

com o Parnasianismo dando o tom da produção literária até a eclosão do Movimento Modernista, em 1922.

A forte influência de Portugal sobre a elite brasileira, particularmente no que concerne à norma gramatical, vai aprofundando a polarização linguística, no limiar do século XX, e acirrando o preconceito contra as variedades de português faladas pelos descendentes de africanos e índios, que constituíam a grande maioria da base da pirâmide social (Faraco 2016: 153-155). Até as primeiras décadas do século XX, o Brasil ainda será um país rural, dominado pelo latifúndio, com quase oitenta por cento de sua população vivendo no campo e um índice de analfabetismo na ordem de 75% dos brasileiros adultos. A Proclamação da República, em 1889, pouco alterou o cenário socioeconômico do país.

Porém, os dois terços da população de origem indígena e africana (considerando também os mestiços) já não falavam mais a língua de seus ancestrais, tendo assimilado a portuguesa, não obstante as alterações produzidas pelo contato linguístico. Tinha-se consumado assim uma mudança qualitativa no quadro da polarização sociolinguística, em face da oposição entre a língua portuguesa, de um lado, e as línguas indígenas, gerais, africanas e eventuais pidgins e crioulos, de outro, que caracterizava os primeiros séculos de formação da sociedade brasileira. Por mais que se alargasse o fosso entre a norma purista da elite letrada e as variedades populares da massa trabalhadora, a clivagem se circunscrevia agora ao universo de uma mesma língua histórica, o português. Os cenários de multilinguismo haviam sido empurrados para as franjas da sociedade brasileira, no Centro-Oeste e na Amazônia, onde se conservou a maioria dos povos indígenas, ou se formavam os enclaves de imigrantes, sobretudo no Sul do país.

Assim, a terceira grande fase da história sociolinguística do Brasil, na qual o português se torna a língua hegemônica do Brasil, encerra-se em 1930, quando se inicia a quarta fase, cuja base socioeconômica é o processo de industrialização e urbanização do país.

Embora o Modernismo tenha antecipado, em 1922, muitas das mudanças que estavam por vir, inclusive em relação à língua, pode-se afirmar que o século XX começou no Brasil em 1930, quando um movimento revolucionário, liderado pelo gaúcho Getúlio Vargas,

pôs fim ao sistema político dominado pelas oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais, a *República Velha*. A Revolução de 1930 desencadeou a industrialização do país, com a implantação das indústrias de base, ao tempo em que promovia significativas mudanças sociais, regulamentando as relações trabalhistas, através da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), embora esse processo tenha sido conduzido sob um regime autoritário, denominado *Estado Novo* (1937-1945). À implantação das indústrias de base se seguiu o desenvolvimento, nas décadas de 1950 e 1960, das indústrias de bens de consumo duráveis, capitaneadas pela indústria automobilística, experimentando o Brasil um grande crescimento econômico, mais uma vez sob a égide de um regime autoritário, a Ditadura, implantada com um golpe militar, em 1964. Portanto, esse crescimento econômico foi marcado pela dependência aos grandes centros econômicos imperialistas, particularmente os Estados Unidos, e pela maciça concentração da renda, com o arrocho dos salários, garantido pela violenta repressão que desarticulou o movimento sindical, até o fim da década de 1970; configurando, dessa forma, o desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo brasileiro (Lucchesi 2015b: 125-142).

A industrialização decorrente das revoluções burguesas no mundo promoveu a urbanização da sociedade nos países capitalistas. No Brasil, a industrialização produziu “um dos maiores êxodos rurais contemporâneos, invertendo em pouco mais de meio século a distribuição da população brasileira. Quando o século XX começou, 80% da população viviam no campo; quando terminou, restavam ali apenas 20% da população” (Faraco 2016: 151). A urbanização implica a inserção dos largos contingentes urbanizados no mercado consumidor e no universo do letramento. No plano linguístico, isso determina um amplo processo de *nivelamento linguístico*, no qual a norma urbana de prestígio se impõe aos diversos segmentos sociais, aplainando a antiga diversidade dialetal diatópica. E os grandes agentes desse nivelamento linguístico são os meios de comunicação de massa (primeiramente, o rádio, depois a televisão) e a expansão da rede escolar de ensino. Foi assim que a Europa ocidental universalizou a escolarização média, em meados do século XX (Faraco 2008: 59-60).

As características do desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo no Brasil, entretanto, fizeram com que a inserção no mercado

consumidor e no universo do letramento das massas que afluíram para as grandes cidades fosse bastante precária, formando-se na periferia das grandes metrópoles bolsões de miséria e marginalidade. Isso naturalmente restringiu o processo de nivelamento linguístico, com uma difusão muito limitada da norma culta brasileira para as classes mais baixas. Assim, o quadro de polarização sociolinguística se reproduz até os dias atuais, fundado sobretudo em um forte preconceito contra as formas mais típicas da fala popular, exatamente aquelas que derivam das mudanças induzidas, no passado, pelo contato do português com as línguas indígenas e africanas. Essa sorte de *racismo linguístico* constitui ainda hoje um poderoso mecanismo ideológico, com o qual a elite socioeconômica procura legitimar um sistema de superexploração da força de trabalho, que garante seus privilégios e promove uma degradante concentração de renda.

De qualquer forma, a massificação do sistema de educação pública, implementada a partir da década de 1970, e o crescimento vertiginoso dos meios de comunicação de massa, além do maciço deslocamento populacional, criaram as bases objetivas para a implementação de mudanças “de cima para baixo”, nas classes mais baixas, com a assimilação de variantes da norma culta que se sobrepõem às variantes forjadas pelo contato linguístico no passado, como ocorre na aquisição das regras de concordância nominal e verbal, revertendo o processo de simplificações morfológica ocorrido com a nativização do português entre a população de origem indígena e africana, do início da colonização até o século XIX. Portanto, esse *nivelamento linguístico* é uma das principais características dessa quarta fase da história sociolinguística do Brasil, que se estende de 1930 até os dias atuais.

Por outro lado, a dinâmica da cultura urbana contemporânea, marcada pela voragem de uma renovação ininterrupta, alterou profundamente os padrões de comportamento na sociedade brasileira, sobretudo a partir da década de 1960, acompanhando naturalmente o processo em curso nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas. Assim, os padrões conservadores e bacharelescos que predominaram na sociedade brasileira até as primeiras décadas do século XX foram se desfazendo no caleidoscópio de linguagens dissonantes que caracteriza a chamada *Pós-Modernidade*. O reflexo disso no plano linguístico é o progressivo afastamento da norma culta brasileira do velho padrão

purista lusitanizante, fixado na passagem do século XIX para o XX. Esse novo padrão culto se caracteriza pelo uso crescente de pronomes sujeitos (Duarte 1995) e orações relativas cortadoras (Tarallo 1983), bem como pelo abandono de formas arcaicas, como a mesóclise e o pronome relativo *cujo*. Contudo, no bojo do discurso conservador que as contradições na infraestrutura da sociedade engendram, encontra-se uma pregação normativista que procura manter a norma de referência linguística forjada pelo purismo gramatical parnasiano; o que produz um disseminado sentimento de insegurança linguística entre os brasileiros (Lucchesi, 2015b; Faraco, 2008).

Em síntese, essa **quarta fase da história sociolinguística do Brasil**, que se inicia em 1930 e se estende até os dias atuais, caracteriza-se pelo processo de *nivelamento linguístico* que atinge os padrões de fala das classes mais baixas (a *norma popular*), acompanhado por um afastamento da norma culta do padrão normativo lusitanizante e anacrônico.<sup>7</sup>

O quadro abaixo apresenta, de forma esquemática, a proposta de periodização da história sociolinguística do Brasil aqui formulada:

Periodização da História Sociolinguística do Brasil		
1000 a 1532	<b>1ª Fase: Tupinização da costa</b>	Povos tupis expulsam povos primitivos, tornando o tupi e o tupinambá as línguas mais faladas no litoral brasileiro.
1532-1695	<b>2ª Fase: Multilinguismo generalizado</b>	Baixa densidade demográfica da sociedade colonial faz com que o português conviva com as línguas gerais indígenas e línguas francas africanas. No interior do país, ocorrem eventualmente processos de pidginização/crioulização do português, e centenas de línguas indígenas se conservam nas tribos não contatadas.
1695-1930	<b>3ª Fase: Homogeneização Linguística</b>	Imposição do português como língua hegemônica, restringindo fortemente o multilinguismo.

7. Uma ampla análise dessa fase da história linguística do Brasil, em seus fundamentos históricos, socioeconômicos, políticos e ideológicos, pode ser encontrada em Lucchesi (2015b).

<b>Periodização da História Sociolinguística do Brasil</b>		
1695-1808	<i>Primeira vaga de aportuguesamento</i>	O <i>ciclo do ouro</i> promove o afluxo maciço de colonos portugueses e escravos africanos, com o primeiro surto de urbanização do Brasil: avanço da língua portuguesa no sudeste, e em outras regiões, com a pecuária.
1808-1850	<i>Segunda vaga de aportuguesamento</i>	A vinda da Corte portuguesa e a Independência política aprofundam o processo de urbanização, com o avanço e a normatização da língua portuguesa. Liberação da imprensa, criação de escolas secundárias e superiores, e de associações científicas.
1850-1930	<i>Terceira vaga de aportuguesamento</i>	Fim do tráfico negreiro acaba com a maior fonte de multilinguismo; imigração maciça de europeus e asiáticos diminui a polarização sociolinguística; normatização purista e lusitanizante se aprofunda; grande contingente de imigrantes portugueses favorece a lusitanização da língua.
<b>1930 até hoje</b>	<b>4ª Fase: Nivelamento linguístico</b>	Industrialização e urbanização promovem a difusão da norma urbana culta, apagando as marcas do contato na norma popular; a norma culta se afasta do padrão lusitanizado; porém, concentração de renda mantém a polarização sociolinguística e fomenta o preconceito linguístico.

Conquanto o parâmetro essencial desta proposta seja integrar os processos linguísticos na matriz mais ampla dos processos sócio-históricos, deve-se destacar que ela se fundamenta exclusivamente em processos sociolinguísticos: a *tupinização da costa*, o *multilinguismo generalizado*, a *homogeneização linguística* e o *nivelamento linguístico*. Ao traçar esse liame de processos sociolinguísticos ao longo de todas as fases, esta periodização favorece a compreensão global da formação histórica da realidade sociolinguística do Brasil, podendo impulsionar a pesquisa empírica no campo.

## Conclusão

Abstraindo a fase inicial de tupinização do litoral, a proposta aqui apresentada guarda uma grande similitude com a proposta de Marlos Pessoa, no que concerne aos marcos estabelecidos, embora os

parâmetros adotados em cada uma sejam distintos. Isso depõe favoravelmente a ambas, supondo-se que a mesma realidade concreta estaria sendo formalizada, em seus aspectos essenciais, a partir de diferentes perspectivas. Pode-se aduzir também que a periodização de Silva Neto converge com as duas, exceto na última fase, que não lhe seria muito perceptível, quando formulou sua proposta. Até a proposta de Volker Noll não deixa de se aproximar dos marcos históricos fundamentais.

O aporte mais significativo da proposta que aqui se apresenta seria, então, estabelecer uma lógica processual ao longo de todas as fases, possibilitando uma compreensão mais ampla do processo como um todo, o que pode impulsionar o avanço da pesquisa empírica e da reflexão sobre o tema. O maior avanço seria superar a visão unitária da história sociolinguística do Brasil, assumindo-se uma concepção *polarizada*, na qual se distinguem duas dinâmicas distintas: a vertente linguística da classe dominante e a vertente dos segmentos explorados e espoliados; não se perdendo de vista, entretanto, o contato, a interação e a mútua influência entre ambas. A primeira vertente caracteriza-se pela transplantação dos contingentes de falantes nativos de português para o Brasil, com a mudanças decorrentes da adaptação à nova realidade e do contato com os aloglotas; sofrendo, porém, a influência da (ex-)Metrópole. A segunda vertente origina-se da aquisição da língua portuguesa por uma ampla população de adultos, falantes de línguas indígenas e africanas e prossegue, decisivamente, com a nativização dessa língua, entre os seus descendentes.

Portanto, as mudanças são qualitativamente distintas, em cada segmento. Entre os colonizadores e seus descendentes endógamos, teria ocorrido inicialmente a eliminação das particularidades dialetais que vigeriam em Portugal, como propôs Silva Neto (1988[1957]). A partir daí, ocorreriam mudanças de baixo para cima, apesar da influência da (ex-)Metrópole, em função do contato com a população subalterna, ao lado de mudanças estruturais, decorrentes de alterações nas estratégias discursivas, relacionadas a mudanças ideológicas e culturais, que se aprofundariam no século XX. No universo da população aloglota, predominaram primeiramente as mudanças inerentes ao processo de *transmissão linguística irregular*, seguidas de mudanças de cima para baixo, em função da crescente influência dos modelos linguísticos das classes dominantes, sobretudo a partir do século XX.

São igualmente diversas as estratégias metodológicas, em função dos materiais disponíveis para cada segmento. No caso da população dominada, a pesquisa de fontes escritas de africanos e crioulos (Oliveira 2006), embora possa produzir dados relevantes, tem um alcance limitado, pois a porcentagem de indivíduos alfabetizados era ínfima e pouco representativa do que se passava na grande massa iletrada que se concentrava no interior do país, até as primeiras décadas do século XX. O estudo das representações literárias da fala de escravos e índios aculturados também podem ser reveladores, apesar das limitações dos sujeitos da observação, nesses casos (Alkmim 2008). Um campo ainda pouco explorado são as informações metalinguísticas que se podem eliciar da documentação policial e judiciária, particularmente a partir do século XIX. Contudo, as análises sociolinguísticas de mudanças, em *tempo aparente*, sobre materiais coletados hodiernamente (Lucchesi, Baxter & Ribeiro 2009), parece ser ainda o viés mais promissor de investigação, para esse segmento.

As fontes para o estudo da história linguística das classes dominantes são mais generosas. Embora a miséria do universo letrado seja uma característica gritante do projeto colonial português, análises de mudanças em tempo real são factíveis, sobretudo a partir do século XIX, em face da ampla gama de materiais disponíveis na documentação escrita supérstite, tais como: jornais, peças de teatro, cartas pessoais etc. Por outro lado, já existem acervos de língua falada organizados especificamente para o estudo de mudanças em tempo real de curta duração, que recobrem o período da década de 1970 até a atualidade.

As pesquisas a serem empreendidas em todas essas frentes podem confirmar ou alterar as fases aqui demarcadas, numa dialética entre reflexão e observação que vai iluminando todo o passado linguístico do país. Por outro lado, a roda da história não para de girar, podendo-se pensar no início de uma nova fase ou no aprofundamento da fase atual, em função do processo de distribuição de renda que a eleição de um operário à presidência da República, em 2002, desencadeou. Porém, o golpe jurídico, midiático e parlamentar perpetrado no ano de 2016, com impedimento da presidente Dilma Rousseff, aponta, sombriamente, para um retrocesso à lógica anterior de concentração de renda e exploração do trabalho, que tende a continuar limitando o processo de nivelamento linguístico, que se tem implementado a partir

de 1930; conservando-se, assim, a clivagem linguística do Brasil, como reflexo de seu *apartheid* social.

Recebido em: junho de 2016

Aprovado em: março de 2017

E-mail: dante.lucchesi@gmail.com

### Referências bibliográficas

- ALKMIM, Tânia. 2008. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, p. 247-264.
- ARGOLO, Wagner. 2013. Colonização e Língua Geral: o caso do sul da Bahia. *PAPIA*, 23(1): 75-96.
- CASTILHO, Ataliba (Org.). 1998. *Para a história do Português Brasileiro*. Volume I: primeiras ideias. São Paulo: Humanitas.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. 2002. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro preto no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- DUARTE, Maria Eugênia L. 1995. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas.
- FARACO, Carlos Alberto. 1982. *The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*. Tese de doutoramento. University of Salford, UK.
- \_\_\_\_\_. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. 2008. São Paulo: Parábola.
- \_\_\_\_\_. Recensão ao livro O Português Afro Brasileiro. 2010. *Estudos de Linguística Galega*, 2, p. 292-318.
- \_\_\_\_\_. *História sociopolítica da língua portuguesa*. 2016. São Paulo: Parábola.
- FERRARO, Alceu Ravello. 2002. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 23, n. 81: 21-47.
- FREIRE, José Bessa. 2004. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica.
- FREYRE, Gilberto. 1933. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.

- GALVES, Charlotte. 2012. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (orgs.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA. p. 65-74.
- IBGE. 2000. *Brasil 500 anos de Povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LABOV, William. 1982. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins. p. 17-92.
- \_\_\_\_\_. 1994. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Basil Blackwell.
- \_\_\_\_\_. 2001a. *Principles of Linguistic Change: Social Factors*. Oxford: Blackwell.
- \_\_\_\_\_. 2001b. *Principles of Linguistic Change: Cognitive and Cultural Factors*. Oxford: Wiley Blackwell.
- \_\_\_\_\_. 2008[1972]. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.
- LASS, Roger. 1980. *On explaining language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIGHTFOOT, David. 1999. *The development of language. Acquisition, change, and evolution*. Oxford: Blackwell.
- LOBO, Tânia. 2003. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 395-410.
- LOPES, Célia. 1999. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_; RUMEU, Márcia Cristina; CARNEIRO, Zenaide. 2013. A configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro. *Revista do GELNE*, vol. 13, n. 1-2, p. 187-212.
- LUCCHESI, Dante. 2001. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v.17, n.1, p.97-130.
- \_\_\_\_\_. 2006. Século XVIII, o século da lusofonização do Brasil. In: THIELEMANN, Werner (ed.). *Século das luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Frankfurt: TFM. p. 351-370.
- \_\_\_\_\_. 2009. História do Contato entre Línguas no Brasil. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba. p. 41-73.
- \_\_\_\_\_. 2015a. O contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil. In: VALENTE, André (Org.). *Unidade e Variação na Língua Portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola. p. 80-100.

- \_\_\_\_\_. 2015b. *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). 2009. *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 2004. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- NOLL, Volker. 2008. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo.
- OLIVEIRA, Klebson. 2006. *Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 4 v.
- PESSOA, Marlos de Barros. 2003. *Variação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Niemeyer.
- PETTER, Margarida. 2006. As línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 117-141.
- RODRIGUES, Aryon. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_. 1993. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA*, São Paulo, v. 9, n. 1: 83-103.
- \_\_\_\_\_. 2010. Tupi, tupinambá, línguas gerais e o português do Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto. p. 27-48.
- RODRIGUES, Nina. 2004 [1933]. *Os africanos no Brasil*. 8.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- ROSA, Maria Carlota. 2013. *Uma língua africana no Brasil Colônia de seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S.J.* Rio de Janeiro, 7Letras.
- SAUSSURE, Ferdinand de. 1973 [1916]. *Curso de Lingüística Geral*. 5 ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1990. O Brasil Colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus. p. 33-94.
- SILVA NETO, Serafim da. 1963[1951]. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: INL.
- \_\_\_\_\_. 1988 [1957]. *História da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença.
- TARALLO, Fernando. 1983. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado) - University of Pennsylvania, Pennsylvania.

- \_\_\_\_\_. 1991. Reflexões sobre o conceito de mudança linguística. *Organon*, n. 1, vol. 1: 11-22.
- \_\_\_\_\_. 1993. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 69-106.
- URBAN, Greg. 1992. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: CUNHA, M.C. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 87-102.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. 2000. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE. p. 61-78.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. 2006[1968]. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola.